

## A meritocracia na educação brasileira

**O** Brasil ainda é um país de grandes contradições e a educação não foge à regra. Temos uma massa de 45 milhões de brasileiros, que não concluíram a educação básica, e insistimos em reproduzir modelos excludentes, ditados por regras de mercado, em contraposição ao atual esforço de inclusão de camadas historicamente alijadas das políticas públicas.

A globalização acirrou a competitividade entre países e empresas e a educação passou a ser sinônimo de produtividade. As dimensões humana, cultural, artística e filosófica, que delineiam a formação para a cidadania – um dos objetivos do art. 205 da Constituição Federal –, têm dado lugar, exclusivamente, ao preparo para o trabalho, sem se preocupar com a autonomia e a felicidade dos sujeitos.

O fator competitivo, essência da meritocracia, também se tornou mais uma causa de estresse no sistema educacional de nível básico, precário em muitos lugares. Educadores/as e estudantes são cobrados, sem a contrapartida que lhes garanta valorização e qualidade da educação com equidade.

Para a CNTE, a meritocracia neoliberal tem por objetivo escamotear as desigualdades nos sistemas de educação, sobretudo do ponto de vista da garantia dos insumos, que correspondem ao custo-aluno-qualidade. Tenta-se, a todo custo, tirar o foco das condições de aprendizagem dos estudantes e de trabalho dos educadores, para induzir o senso comum a acreditar no mérito espontâneo e individual dos sujeitos. Essa mesma ideologia é contra as políticas afirmativas de direitos, ora em curso no País, mas, ainda assim, mantém espaço nas decisões dos sistemas públicos de ensino.

A opção de levar em conta a avaliação para subsidiar as políticas educacionais não é equivocada, desde que a política seja capaz de fornecer bons diagnósticos para a qualidade da educação e leve em consideração a realidade social dos atores da escola pública. Porém, atualmente, essa orientação concentra inúmeras ações com o objetivo de premiar o mérito – seja de estudantes, seja de educadores – e de punir os “insucessos” escolares, sem dedicar atenção especial às carências apresentadas pelas escolas “mal avaliadas”.

### *O mérito e a privatização*

A ideologia neoliberal implantou em boa parte do mundo a concepção de avaliação por mérito na educação, apropriando-se de um conceito bastante difundido no mundo acadêmico, sem, contudo, distinguir as condições em que os sujeitos concorrem para a obtenção do reconhecimento meritocrático.

A busca pelo mérito é algo inerente ao ser humano e às sociedades, mas ela impõe condicionantes externos. O mérito será atingido por meio de instrumentos e condições, ofertados nos ambientes de pesquisa, trabalho e convívio social dos sujeitos. Portanto, em condições desiguais, o mérito torna-se atingível a uns e inatingível a outros. E os que não o alcançam, na visão neoliberal, estão sujeitos a preconceitos e até mesmo a punições, como cortes de investimentos que só agravam ainda mais a situação dos que necessitam de mais insumos para atingir o mérito.

Num primeiro momento, a estratégia liberal para as avaliações escolares, que consiste na individualização do mérito, focou claramente a privatização das escolas públicas. O sistema público norte-americano levou esse projeto muito a sério, a ponto de fechar escolas, demitir profissionais e transferir para a iniciativa privada as matrículas escolares. Ocorre que, exatamente onde o mérito individual é mais difícil de ser alcançado – ou seja, nas escolas das periferias e do campo onde os estudantes já carregam as defasagens da própria estrutura escolar e da formação de seus pais - a exploração dos serviços educacionais não se mostrou tão lucrativa e as escolas tiveram de voltar para o controle do Estado.

Mesmo com essa contingência no padrão de eficiência da qualidade empresarial aplicada às escolas, a ideologia liberal continuou impondo às redes públicas de ensino modelos de gestão, material escolar e métodos de formação profissional dos educadores. Trata-se de um mercado bastante lucrativo, no qual a omissão do poder público em estabelecer políticas sistêmicas, contínuas e democráticas (com a participação dos atores escolares) abre constante espaço a críticas da sociedade sobre a qualidade da educação, tornando a escola um campo fértil para a exploração mercantil através de métodos bastante controversos.

Além de lucrar nesse imenso mercado, o qual se tentou regulamentar nas esferas do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), os detentores do poder econômico investiram na moldura dos objetivos da escola pública e de seus currículos. Por meio de sistemas de provas estandarizadas, as escolas precisam se enquadrar em dinâmicas e conteúdos que atendam, acima de tudo, a produtividade no mercado de trabalho.

O mantra curricular da meritocracia apoia-se nas competências escolares, condição que exige dos estudantes certas aptidões e quase nenhum senso crítico. Ou seja, o mérito é uma questão de simples aptidão diante do conteúdo mínimo e as escolas precisam se condicionar às orientações dos sistemas, renunciando à sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

### *A experiência do Ideb no Brasil*

Em 2007, o Ministério da Educação lançou o Índice de Avaliação da Educação Básica (Ideb), apoiado em três pilares: taxa de aprovação escolar, rendimento na prova nacional

aplicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e evasão. Posteriormente, a variável evasão foi retirada do cálculo, restando as duas primeiras.

Mesmo transferindo a responsabilidade do mérito do indivíduo para a escola, o Ideb manteve uma estrutura injusta para aferir o mérito, pois não considera todas as variáveis que conduzem à proficiência escolar, tais como condições sociais dos estudantes, formas de gestão e infraestrutura escolar, condições de trabalho, formação, salário e carreira dos educadores, dentre outras.

Uma das regras fundamentais para se atingir a igualdade diz respeito a tratar desigualmente os desiguais. Caso se trate de forma igual a quem detém condições desiguais, abre-se caminho para mais injustiças. E talvez a pior delas, envolvendo o Ideb, nesse momento, reside na propagação, em inúmeros municípios, da instalação de placas em frente às escolas, indicando a nota no Ideb, e constrangendo toda a comunidade que, certamente, em sua maioria, não detém ainda condições para superar as mazelas históricas impostas pelo próprio poder público.

### *Educação exige equidade*

Na Finlândia, país que não aplica nenhum tipo de avaliação interna estandarizada, mas que tem alcançado o primeiro lugar nas últimas edições do sistema de avaliação internacional da educação (Pisa), os estudantes e as escolas em dificuldades contam com apoio especial do Estado para superar as lacunas que os separam dos demais. O lema lá é equidade total! Mas, mesmo diante de um exemplo tão justo e eficiente, o Brasil continua optando por ficar refém de um modelo falido, já contestado por sua principal idealizadora, a professora. Diane Ravitch.

O maior paradoxo da política meritocrática, desenvolvida nas escolas brasileiras, reside no fato de que o Estado, ao mesmo tempo em que reconhece as desigualdades que impedem o acesso, por exemplo, de jovens negros e pobres no ensino superior – e para tanto desenvolveu política de cotas sociorraciais –, não consegue perceber que os mesmos jovens estudam em condições menos vantajosas às de outros sujeitos com os quais concorrem em testes nacionais.

A política de cotas nas universidades, desde que aliada a outros investimentos, tende a induzir a qualidade e a trazer de volta para as escolas públicas os que desistiram dela para irem atrás da discutível qualidade das instituições particulares.. Isso tem preocupado os empresários da educação, a ponto de já terem iniciado uma campanha por meio de artigos em revistas e jornais, onde tentam induzir as famílias de baixa renda e a classe média a contestarem as cotas, pois seus filhos, que estudaram em escolas privadas com “muito esforço familiar” para pagar as mensalidades, agora contam com menos condições de acesso às universidades públicas – já que parcela destas vagas agora se destina a estudantes oriundos de escolas públicas.

É preciso observar que toda a estrutura da educação nacional no Brasil conta com forte pressão empresarial, e cabe ao governo estancá-la, elegendo a educação como política estratégica não só para o desenvolvimento econômico, mas sobretudo social e cultural da Nação.

### *As pautas dos/as trabalhadores/as*

A prática pedagógica nas escolas ainda é de submissão aos sistemas de ensino, regidos em grande parte pela filosofia neoliberal. Contabiliza-se, nesse cenário, o interesse de grupos privados em macular a imagem da escola pública, mesmo depois de seus representantes políticos terem sucateado, por décadas, as escolas e precarizado, nelas, as condições de trabalho, com o claro propósito de mercantilizar a educação pública.

Embora a política seja um espaço de ampla negociação, não nos parece plausível que as regras empresariais continuem a dominar os objetivos da educação brasileira nos principais fóruns de decisões da educação. O poder público precisa equilibrar as regras do debate e optar pela posição da maioria, que pretende construir uma escola pública para o povo brasileiro, onde todos se sintam acolhidos (sem preconceitos) e possam desenvolver suas potencialidades à luz das possibilidades e tempos de cada um. Não queremos ranquear ninguém, tampouco deixar alguém para trás. Precisamos, sim, acabar com o analfabetismo, regularizar o fluxo escolar, universalizar a escola integral e de tempo integral, valorizar os profissionais, implantar a gestão democrática em todos os sistemas e escolas públicas e garantir financiamento compatível para a implantação do custo aluno qualidade.

Nossa visão de educação contempla um sistema de avaliação diagnóstico, reflexivo e indutor de melhorias na política educacional e de valorização para os educadores (professores e funcionários). Ele nunca deve ser punitivo, pois educação é direito público subjetivo, sendo sua oferta obrigatória, da pré-escola ao ensino médio, e gratuita nos estabelecimentos públicos. Essa determinação constitucional não pode sofrer contenções, tampouco ser manipulada por interesses de grupos sociais. O Estado deve garanti-la como pressuposto para a cidadania e o respeito à democracia.

Neste momento, o Congresso Nacional está debatendo – já por dois anos e meio – o novo Plano Nacional de Educação. Após muita pressão, a sociedade conseguiu introduzir no projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, a perspectiva de revisão do Ideb, que deve considerar outros indicadores socioeducacionais. Contudo, o eixo das políticas do PNE continua voltado para a avaliação meritocrática e cabe aos movimentos sociais disputarem os rumos dessa política pública.

À luz dessa orientação, a CNTE chama a atenção para a disputa sobre o conceito das avaliações que vários sistemas de ensino promovem no País. Primeiro,

consideramos que o debate mereça centralidade na discussão do Sistema Nacional de Educação, tendo como base o projeto de qualidade socialmente referenciada, em diálogo nas conferências de educação. Segundo, que o objetivo da avaliação deve ser sempre diagnóstico e ter abrangência global do sistema de ensino, e não apenas a escola e seus profissionais. Terceiro, que seu método seja democrático e processual, com o objetivo de assegurar o direito à educação pública de qualidade em todas as escolas do País.

Na avaliação de desempenho dos profissionais da educação, prevista no art. 67, IV da Lei 9.394, de 1996, a CNTE orienta que sejam observados os dispositivos das resoluções nº 2, de 2009, e nº 5, de 2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que tratam das diretrizes de carreira dos profissionais da educação, por se tratar de posições confluentes com as defendidas pelos/as trabalhadores/as em educação, uma vez que priorizam o diagnóstico e possibilitam a valorização da carreira profissional.

Com relação às certificações, a CNTE é absolutamente contra esse tipo de política meramente punitiva, que não se associa a outros preceitos da valorização profissional, a exemplo da aplicação do piso salarial na carreira e da instituição de um subsistema nacional de formação inicial e continuada, público, gratuito e de amplo acesso aos/às educadores/as.